

Direitos de autor



Este trabalho foi licenciado com uma Licença *Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada* ou superior em conjunto com GNU General Public License v3+ ou superior.

Todas as restantes marcas registadas presentes neste manual pertencem às respectivas entidades.

Ficha Técnica

Título: Manual Aberto de TIC e LibreOffice

Capa: Miguel Vale

3ª Edição

Editor: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2014

ISBN: 978-989-732-237-2

Autor(es)

Adriano Afonso

Equipa Caixa Mágica

Creative Commons

ANSOL

Feedback

Envie os seus comentários ou sugestões sobre este documento para:

http://wiki.documentfoundation.org/PT/Main_Page

<http://wiki.documentfoundation.org/PT/Documentation>

Agradecimentos

Este capítulo tem como base o Manual Aberto de TIC e OpenOffice.org.

Acordo Ortográfico

Este documento foi redigido ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990.

Índice

<i>Sobre o Manual TIC e LibreOffice</i>	4
<i>O que é o Software Livre?</i>	6
<i>O que são as Licenças Livres?</i>	7
<i>Do StarOffice ao LibreOffice</i>	7
<i>Importância dos formatos de documentos abertos</i>	8
<i>Extensões do Open Document Format</i>	8
<i>Creative Commons - licença para partilhar</i>	9
<i>GNU/Linux Caixa Mágica – A distribuição Linux Portuguesa</i>	9

Sobre o Manual TIC e LibreOffice

por Adriano Afonso
Líder e Fundador da Comunidade LibreOffice Portugal

A Internet hoje traz-nos a possibilidade de poder partilhar informação como nunca antes foi possível com outros meios. O crescimento das redes sociais e de plataformas como o Youtube e Flickr são exemplos disso.

Mas a abertura e partilha de informações, conteúdos, materiais e sobretudo de espírito chegaram nos finais do século passado pelas palavras de Richard Stallman com um movimento que tem ganho cada vez adeptos. Os resultados deste movimento estão bem presentes nas ferramentas que inocentemente utilizamos todos os dias, os servidores da Internet, no software, nos telemóveis, etc., que assentam em tecnologias de software livre.

A importação destes conceitos de contributo para um bem comum, partilha de conteúdos, a possibilidade de criar de um projecto que pudesse ser acedido por todos independentemente do seu estatuto social, raça ou ideal, levou-nos à criação deste manual.

A génese deste projecto provém de uma necessidade transversal a muitos formadores de TIC que não raras vezes são obrigados a criar os seus próprios manuais para os seus módulos. Muitos deles não dispõem do tempo livre desejado para esse fim. Criar um manual de raiz implica um custo elevado de tempo, tempo que num plano pessoal entendemos que deveria ser dedicado à vida particular e familiar.

A necessidade de criar um manual que respondesse às necessidades de um curso específico de TIC, direccionado para um grupo especial, levou à criação de um projecto de formação que usou como ferramenta de escritório o OpenOffice.org. No decorrer da construção do manual sentiu-se a necessidade (comum a muitos formadores) de procurar recursos pela Internet. Para OpenOffice.org existiam alguns recursos (mesmo que em Português do Brasil), mas para TIC, eram escassos, difusos e alguns com alguma falta de qualidade.

A primeira versão do manual então criado incluía uma primeira parte que abordava a temática do *software* livre, uma segunda que focava os conceitos iniciais de TIC e por fim uma terceira que orientava o formando/estudante na utilização da ferramenta OpenOffice.org.

A associação para a qual foi desenvolvido este projecto dispunha de poucos recursos financeiros (para licenças). Curiosamente partilhava também da mesma filosofia do software livre, e assim tornou-se fácil a sua implementação e a disponibilização do manual numa licença *creative commons*.

A utilização deste tipo de licença e a difusão por alguns meios de comunicação chamou a atenção de amigos e colegas de profissão. Quando houve a necessidade de desenvolver uma segunda versão do manual, foi posta em prática a liberdade número 3 aplicada à construção de um manual. Foram contactados diversos profissionais da área e assim, com uma série de colaborações, nasceu a 2ª edição do primeiro Manual Livre de TIC e OpenOffice.org, um livro electrónico (e-book) com ISBN que obteve o apoio da OpenOffice.org Portugal.

Tal como todos os *softwares* e projectos similares, a evolução do projecto não tardou a ser posta em prática. Mas enquanto marinava a sequência do projecto, a Oracle comprou a Sun Microsystems, o OpenOffice.org tornou-se uma bola de ping-pong (passada agora para as mãos do projecto Apache), e a The Document Foundation decidiu criar o LibreOffice que neste momento tem o apoio das maiores e mais importantes entidades do software livre.

Exactamente neste meio-termo entra a discussão do projecto da The Document Foundation e a Oracle, tornou-se mais profunda em Portugal a discussão entre a utilização de *software* livre e de software proprietário, quer pelo estado (o que inclui escolas, universidades e centros de formação), quer pelas empresas.

Este tem em sido um jogo de monopólio disputado entre vários peões, mas o que tem acontecido é que apenas um dos jogadores tem arrecadado o dinheiro. Portugal e os Portugueses, não são, sem dúvida, esse jogador. Hoje estamos numa situação (económica) em que não nos podemos dar ao luxo de jogar “jogos de azar”. Temos de mudar, e depressa, começando pela nossa mentalidade e pelas nossas opções tal como está a fazer grande parte da Europa, incluindo a Grécia.

Muitos de nós, e infelizmente formadores e professores, exactamente aqueles que são responsáveis pela educação dos vossos filhos, não sabem, ou não se preocupam em conhecer outras soluções. Colocando a questão de outra forma, talvez consigamos chegar ao cerne da questão. Será que algum de nós tem a ideia de quanto o nosso governo gastou em licenças de software (basta que multiplique cada computador de uma organização por mais ou menos 300€/400€) nas nossas escolas? E sabe de onde veio todo este dinheiro? Toda esta verba poderia ser investida em empresas Portuguesas, ou em Formadores e Professores Portugueses, ao invés de ser desperdiçada em empresas americanas.

A discussão ainda se torna mais pertinente com a evolução dos *softwares* e da consciencialização das empresas. Hoje questiona-se até que ponto a utilização de ferramentas proprietárias permitem uma liberdade tecnológica aos seus utilizadores (isto é, a liberdade de poder permutar de software sem prejuízo da sua integridade), e a interoperabilidade dos seus sistemas informáticos com os dos seus parceiros profissionais ou pessoais.

Deste a adopção por parte da União Europeia do *Open Document Format* (ODF), que se veio a tornar o ISO/IEC 26300 para a definição de documentos, as entidades e os governos estão “obrigados” a disponibilizar a sua documentação em formatos livres e abertos. Portugal já adoptou a Lei das Normas Abertas (Decreto Lei 36/2011) o que também inclui estes formatos no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID). Na prática isto permite que ninguém tenha que pagar por software para produzir os seus documentos, e ao mesmo tempo, que todos o possam consultar e partilhar, num ambiente de interoperabilidade.

E porque os nossos Professores e Formadores continuam com falta de recursos em ferramentas de escritório livres (para sua própria aprendizagem), porque não existe nenhum recurso actualmente de LibreOffice em Português de Portugal, porque o Ministério da Educação continua a gastar milhões (que não temos) em licenças Microsoft, porque é necessário um manual TIC com qualidade e que se possa partilhar, é importante continuar o projecto, melhorá-lo e partilhá-lo com toda a comunidade lectiva e formativa.

Desta forma convidou-se toda comunidade formativa e docente a envolver-se neste projecto que foi apresentado por Adriano Afonso (mentor do projecto) na primeira LibreOffice Conference em Paris, no dia 14 de Outubro de 2011 com o título: “Portuguese IT and LibreOffice Open Manual”.

Para a presente edição pretende-se atingir três principais objectivos que se fundam na procura de: um equilíbrio entre a documentação existente noutras línguas criada pela comunidade LibreOffice e a documentação para a língua portuguesa, de forma a responder o mais adequadamente possível ao **Quadro Nacional de Qualificações**¹, criando uma poderosa alternativa à utilização de *softwares* e documentos proprietários.

O resultado de todo deste trabalho está aqui presente. Mais de uma dezena de profissionais da área da formação e da educação contribuíram directa ou indirectamente com conteúdos, com o seu trabalho ou com o seu tempo para um projecto em que acreditaram ser possível, ajudando não só os seus colegas de profissão como todos os cidadãos do país, mudar de direcção e paradigma no que ao software e aos documentos livres diz respeito. Em suma, fazer acontecer com as tecnologias (e os nossos documentos) aquilo que os nossos pais e avós fizeram no dia 25 de Abril de 1975: torná-los livres.

Presentemente este projecto conta com o apoio do projecto Caixa Mágica, da Novell Portugal, da Associação Ensino Livre, da Associação Nacional de Software Livre, da Ângulo Sólido, do

1 <http://www.catalogo.anqep.gov.pt>

O que é o Software Livre?

Software livre é, segundo a definição criada pela *Free Software Foundation* (FSF)², um qualquer programa de computador que pode ser usado, copiado, estudado e redistribuído com algumas restrições. A liberdade de tais directrizes é central ao conceito, o qual se opõe ao conceito de software proprietário, mas não ao software que é vendido sob a forma comercial. O comum da distribuição de software livre é anexar a este uma licença de software livre, tornando o código fonte do programa disponível.



Um *software* (ou programa) é considerado como livre quando atende aos quatro tipos de liberdade para os utilizadores do *software* definidas pela FSF:

- A liberdade para executar o programa, para qualquer propósito (liberdade nº 0);
- A liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades (liberdade nº 1). O Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir, inclusive vender cópias, de modo a ajudar o próximo (liberdade nº 2);
- A liberdade de modificar o programa e liberar estas modificações, de modo a que toda a comunidade beneficie delas (liberdade nº 3). O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;

A liberdade de executar o programa significa a liberdade para qualquer tipo de pessoa física ou jurídica utilizar o software em quantas máquinas quiser, em qualquer tipo de sistema computacional, para qualquer tipo de trabalho ou actividade, sem nenhuma restrição imposta pelo fornecedor.

A liberdade de redistribuir o programa compilado, isto é, em formato binário, inclui necessariamente a obrigatoriedade de disponibilizar os seus códigos-fonte. Caso o software venha a ser modificado e o autor da modificação queira distribuí-lo, gratuitamente ou não, será também obrigatória a distribuição do código fonte das modificações, desde que elas venham a integrar o programa. Não é necessária a autorização do autor ou do distribuidor do software para que ele possa ser redistribuído, já que as licenças de software livre assim o permitem.

Para que seja possível estudar ou modificar o software (para uso particular ou para distribuir) é necessário ter acesso ao código-fonte. Por isso, a disponibilidade desses ficheiros é pré-requisito para a liberdade do software. Cada licença determina como será feito o fornecimento do código fonte para distribuições típicas, como é o caso de distribuições em mídia portátil somente com os códigos binários já finalizados (sem a fonte). No caso da licença GNU GPL³, a fonte deve ser disponibilizada em local de onde possa ser acedido, ou deve ser entregue ao utilizador, se solicitado, sem custos adicionais (excepto transporte e média).

Para que essas liberdades sejam reais, estas devem ser irrevogáveis. Caso o programador do software tenha o poder de revogar a licença, o software passa a não ser livre.

A maioria dos softwares livres é licenciada através de uma licença de software livre, como a GNU GPL e a GNU LGPL⁴.

2 <http://www.fsf.org>

3 <http://www.gnu.org/licenses/gpl.html>

4 <http://www.gnu.org/copyleft/lesser.html>

O que são as Licenças Livres?

GNU General Public License (Licença Pública Geral), GNU GPL ou simplesmente GPL, é a designação da licença para *software* livre idealizada por Richard Stallman no final da década de 1980, no âmbito do projecto GNU da FSF.



A GPL é a licença com maior utilização por parte de projectos de *software* livre, em grande parte devido à sua adopção para o projecto GNU e o sistema operativo GNU/Linux.

Em termos gerais, a GPL baseia-se nas quatro liberdades já enumeradas acima. Com a garantia destas liberdades, a GPL permite que a estrutura base dos programas seja distribuída e reaproveitada. Porém, os direitos do autor são sempre mantidos por forma a não permitir que essa informação seja usada de uma maneira que limite as liberdades originais. A licença não permite, por exemplo, que o código seja tomado por outra pessoa, ou que sejam impostos sobre ele restrições que impeçam que seja distribuído da mesma maneira que foi adquirido.

A principal diferença entre a GPL e a LGPL é que, a segunda permite também a associação com programas que não estejam sob as licenças GPL ou LGPL, incluindo Software proprietário.

Outra diferença significativa é que os trabalhos derivados, que não estão sob a LGPL, devem estar disponíveis em bibliotecas.

A LGPL possibilita também restrições ao código fonte desenvolvido, embora não exija que seja aplicada a outros *softwares* que empreguem o seu código, desde que este esteja disponível na forma de uma biblioteca. Logo, a inclusão do código desenvolvido sob a LGPL como parte integrante de um software só é permitida se o código fonte for liberado.

A LGPL visa a regulamentação do uso de bibliotecas de código mas pode ser empregue na regulamentação de aplicações, como são exemplo o OpenOffice.org e Mozilla.

Do StarOffice ao LibreOffice

O projecto *OpenOffice.org*⁵ provem da suite *StarOffice*⁶, inicialmente desenvolvida pela *StarDivision*, que depois foi adquirida pela *Sun Microsystems*. Esta última libertou o código fonte (“*blueprints*”) do *StarOffice* a 13 de Outubro do ano 2000. A primeira versão do *OpenOffice.org* foi lançada a 30 de Abril de 2002, a segunda, já com inúmeras actualizações, em Outubro de 2005 e a terceira versão lançada em Outubro de de 2008.

Em Janeiro de 2010, a *Oracle Corporation* adquiriu a *Sun Microsystems* e o projecto sofreu algumas alterações “impostas” pela *Oracle* que não foram bem recebidas pela comunidade. A 28 de Setembro de 2010, parte da comunidade de voluntários que desenvolvia e promovia o projecto *OpenOffice.org* anunciou uma profunda alteração na estrutura do projecto, cortando o frágil cordão umbilical que de momento os ligava à *Oracle*.

Após uma história de 10 anos de crescimento e sucesso suportados e financiados pela *Sun Microsystems*, o projecto criou uma Fundação *The Document Foundation*⁷, para cumprir a promessa de independência escrita na carta original da criação deste projecto.

Esta fundação torna-se a pedra basilar de um novo ecossistema em que qualquer indivíduo ou organização pode contribuir e beneficiar de uma ferramenta de escritório disponibilizada de forma totalmente livre.

5 <http://www.openoffice.org/pt>

6 <http://www.staroffice.com>

7 <http://www.documentfoundation.org>

Não tendo sido possível adquirir a marca registada do *OpenOffice.org* à *Oracle Corporation*, a *The Document Foundation* baptizou o seu projecto como *LibreOffice*. Mantendo a sequência das versões do seu “pai”, a versão 3.3 do *LibreOffice* foi lançada a Janeiro 2011.

Já em Fevereiro de 2012, a *The Document Foundation* foi incorporada em Berlim como uma *Stiftung* germânica.

Importância dos formatos de documentos abertos

O *Open Document Format* (ODF) é um standard com base no formato XML desenvolvido consórcio *OASIS*⁸ (um grupo internacional e independente de definição de standards) para a criação de documentos em ferramentas de escritório tais como documentos de texto, folhas de cálculo, desenho vectorial, apresentações, entre outras. Diferente de outros formatos, o ODF é um standard aberto, com especificações abertas ao público, sem taxas, sem quaisquer restrições legais: portanto todos os ficheiros deste tipo não estão dependentes de qualquer software e qualquer entidade pode desenvolver programas ou aplicações que os interprete.

Por esta razão, o ODF foi aprovado como um padrão ISO/IEC em Maio de 2006 (ISO/IEC 26300)⁹ e tem vindo a ser rapidamente adoptado por governos, escolas, universidades entre muitas outras entidades, as quais pretendem ter os seus documentos independentes de qualquer entidade ou fornecedor de software.

A melhor forma de compreender a importância da adopção deste formato vem precisamente do RNID - Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital publicado como uma Resolução do Conselho de Ministros na sequência da lei 36/2011 de 21 de Junho.

Esta diz o seguinte: “A utilização de formatos abertos (não proprietários) é imprescindível para assegurar a interoperabilidade técnica e semântica, em termos globais, dentro da Administração Pública, na interação com o cidadão ou a empresa e para disponibilização de conteúdos e serviços, criando a necessária independência dos fornecedores ou soluções de software adotadas. O Regulamento, alinhado com as diretrizes europeias em termos de interoperabilidade, contribui para a universalidade de acesso e utilização da informação, para a preservação dos documentos eletrónicos e para uma redução de custos de licenciamento de software.”¹⁰

Extensões do *Open Document Format*

As extensões mais comuns para os formatos de documento abertos (ODF) são:

- *.odt para processadores de texto;
- *.ods para folhas de cálculo;
- *.odp para apresentações;
- *.odb para bases de dados;
- *.odg para ficheiros com desenho vectorial;
- *.odf para fórmulas (fórmulas ou equações matemáticas).

8 <http://www.oasis-open.org/who/>

9 http://www.iso.org/iso/catalogue_detail.htm?csnumber=43485

10 <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=rss&serie=1&iddr=2012.216&iddip=20122203>

Creative Commons - licença para partilhar

As TIC vieram revolucionar a forma como os trabalhos criativos são produzidos, distribuídos e usados. Todos os dias são utilizados inúmeros vídeos, imagens, músicas e textos dos milhões de objectos disponibilizados na Web.

Fazer o melhor uso destes objectos digitais de modo a não sobrepor os direitos de autor e aumentar o valor dos trabalhos são algumas das vantagens que a licença *Creative Commons* oferece.



As Licenças *Creative Commons* permitem expandir a quantidade de obras disponibilizadas livremente e estimular a criação de novas obras com base nas originais, de uma forma eficaz e muito flexível, recorrendo a um conjunto de licenças padrão que garantem a protecção e liberdade - com alguns direitos reservados.

As Licenças *Creative Commons* situam-se entre os direitos de autor (todos os direitos reservados) e o domínio público (nenhum direito reservado). Têm âmbito mundial, são perpétuas e gratuitas. Através destas licenças, o autor de uma obra define as condições sob as quais essa obra é partilhada, de forma proactiva e construtiva, com terceiros, sendo que todas as licenças requerem que seja dado crédito ao autor da obra, na forma por ele especificada.

Para quem desejar atribuir uma licença ao seu trabalho sob um licenciamento deste tipo, a *Creative Commons* tem no seu sítio uma ligação específica (traduzida para cada língua e para cada país em que está presente) que permite rapidamente ao produtor de conteúdo escolher uma licença e as suas respectivas características, em <http://creativecommons.org/choose/>.

GNU/Linux Caixa Mágica – A distribuição Linux Portuguesa

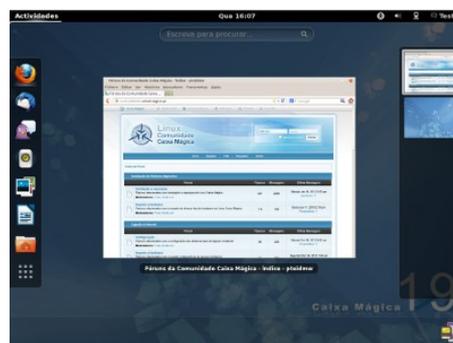
Pela equipa do Caixa Mágica

O GNU/Linux Caixa Mágica nasceu em Outubro de 2000 com a atribuição do Prémio Milénio Expresso 2000 a 3 investigadores da ADETTI¹¹ (Daniel Neves, José Guimarães e Paulo Trezentos). Como centro associado do ISCTE¹² sem fins lucrativos, a ADETTI compreende várias linhas de investigação e desenvolvimento. A Caixa Mágica foi desde o início inserida na linha de Redes e Segurança da Informação.

Em 2004 foi necessário reestruturar todo o enquadramento em função do crescimento da equipa, das soluções propostas e dos modelos adoptados. Foi então realizado um *spin-off* da ADETTI, criando-se uma empresa designada por "Caixa Mágica Software". No âmbito desse *spin-off* foi celebrado um acordo em que a ADETTI ficaria responsável pelo desenvolvimento e inovação de alguns dos produtos Caixa Mágica.

A Caixa Mágica é hoje uma empresa que se orgulha de ter 14.000 computadores com o seu sistema operativo instalado em 1200 escolas portuguesas, ter uma forte parceria com o Exército para soluções de segurança, produtos nas prateleiras das principais lojas de informática e grandes superfícies, alcançando assim todo o território nacional.

Esta realidade é resultado da cultura de excelência e qualidade, sempre baseada na inovação e ligação aos centros de I&D nacionais.



¹¹ <http://adetti-iul.adetti.pt>

¹² <http://www.iscte-iul.pt>